

# **AValiação DO RENDIMENTO ESCOLAR: PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS E POLÍTICOS NO CONTEXTO DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA**

Dilmar Kistemacher – UNISINOS

Berenice Corsetti – UNISINOS

Eixo temático: Estado e políticas públicas de educação

## **RESUMO**

O artigo apresenta resultados da pesquisa sobre a avaliação do rendimento escolar a partir da análise de artigos publicados pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). O recorte temporal compreende o período que se estende de 1944, ano de fundação da Revista, até o ano de 1964, momento da ruptura política no Brasil com o golpe civil-militar. O interesse pelo rendimento escolar e pela qualidade da educação dos alunos, nos diferentes níveis de ensino, especialmente da rede pública, está inserido no contexto das mudanças políticas e socioculturais experimentadas no Brasil desde a República Velha. Analisa-se o processo social e histórico de construção de princípios pedagógicos para a educação, especialmente, no que se refere às dimensões da avaliação e da qualidade do ensino, ou ainda, a análise do texto e contexto de produção de sentidos. Constatou-se a partir dos artigos estudados que a escola, enquanto instituição sistemática e moderna deveria trabalhar para atingir, de modo eficiente, os seus fins e objetivos. Verificou-se que o rendimento escolar era não só um desejo, mas um princípio estabelecido para a escola. Caso ela não apresentasse eficientemente os resultados considerados adequados, era preciso realizar intervenções políticas e pedagógicas, a fim de corrigir as falhas no sistema de ensino. Assim, a pesquisa evidenciou que os artigos difundiram um conjunto de crenças e valores que contribuíram para afirmar uma concepção educacional calcada no modelo de uma sociedade capitalista, moderna e democrática, nos limites que o próprio contexto histórico apresentou.

**Palavras-chave:** Avaliação da educação. Rendimento escolar. Qualidade do ensino.

## **1. INTRODUÇÃO**

O texto apresenta parte da pesquisa sobre a avaliação do rendimento escolar que tomou como fonte artigos publicados pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), no período de 1944, ano da fundação do periódico, até o ano de 1964, momento da ruptura política no Brasil, quando da deflagração do golpe civil-militar. No centro do estudo estão os princípios políticos e pedagógicos sobre avaliação e qualidade da educação expressos nos artigos veiculados pela RBEP. Os artigos analisados foram selecionados da Seção “*Ideias e Debates*,”. Salienta-se que a Revista foi considerada como produto de um contexto social e cultural mais amplo e, ainda, estudada à luz da conjuntura histórica em que se encontrava inserida.

O interesse pela avaliação da educação, especialmente da rede pública, pode ser compreendida no contexto das mudanças político-econômicas e sócio-culturais experimentadas no Brasil desde a República Velha. Tais mudanças influenciaram tanto as políticas públicas, quanto a compreensão sobre a qualidade do ensino e, portanto, sobre os processos de avaliação do rendimento escolar, com destaque maior na atualidade, através dos sistemas de avaliação de larga escala. Os princípios sobre a educação escolar são resultados de um conjunto complexo de valores e interesses sociais, sendo culturalmente elaborados e difundidos pela sociedade numa determinada conjuntura histórica. Nessa perspectiva, os artigos da RBEP foram tomados como discursos de um “sujeito coletivo”, situados no seu contexto de produção.

Sob o ponto de vista metodológico, optamos por trabalhar com a metodologia histórico-crítica, procurando articular texto e contexto, analisando os documentos históricos que se constituíram em fontes para nosso trabalho numa perspectiva dialética. Assim, a consideração do cenário histórico foi fundamental para que os artigos que investigamos pudessem ter sentido e permitir uma compreensão do assunto estudado.

## **2. O CONTEXTO HISTÓRICO DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA**

A conjuntura política, econômica, social e cultural instaurada após a revolução de 1930 fortaleceu o sentimento de nacionalidade no Brasil. Esse sentimento estava vinculado ao desejo de garantir a autonomia do país, via o desenvolvimento econômico de base industrial. Vargas foi conduzido ao poder por grupos heterogêneos, que aspiravam a diferentes interesses. Sua habilidade política de realizar concessões aos diferentes grupos manteve-o no poder. Mas essa política de “favorecimentos” foi paulatinamente acirrando o radicalismo dos diferentes grupos. Diante das reivindicações, que se tornaram freqüentes, Vargas criou a Lei de Segurança Nacional, a fim de neutralizar as manifestações tanto dos operários, quanto da oposição política.

O processo de modernização, industrialização e urbanização do país implicou o rearranjo do mundo do trabalho, era preciso uma legislação trabalhista que se impusesse a fim de controlar a crescente massa de trabalhadores operários que vinha exigindo melhores condições de trabalho e de remuneração e reivindicando melhores condições de vida. Assim, a política trabalhista exerceu papel fundamental no sentido de assegurar o “status” do governo central junto aos trabalhadores. Isto foi possível através da publicação de leis trabalhistas, que culminaram, em 1943, com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e ainda, com a

construção simbólica, através dos meios de comunicação, do presidente Vargas como “pai dos pobres”.

A gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação contribuiu para atenuar o impacto das medidas autoritárias adotadas pelo governo central, no período do Estado Novo. Nesta direção se faz necessário compreender de que forma as instituições e os aparelhos do Estado foram usados na construção da “nova ordem”, seja pelo consenso, seja pela coerção, e, neste sentido, o papel então destinado à educação nacional.

O período que sucedeu o Estado Novo até o golpe de 1964, foi denominado pela historiografia de “Experiência Democrática” e/ou de “Populismo”. Ele representou, para a história nacional, apesar da fragilidade política e social, o momento em que diversos atores sociais passaram a atuar, de modo mais amplo, na luta pela democracia e pelo desenvolvimento econômico e social do país. A análise realizada por Freitag (1986) sobre este período é emblemática. A autora afirmou que,

A fase que vai de 45 até o início dos anos 60 corresponde à aceleração e diversificação do processo de substituição de importações. Ao nível político, sua expressão mais perfeita é o Estado populista-desenvolvimentista, que representa uma aliança mais ou menos instável entre um empresariado nacional, desejoso de aprofundar o processo de industrialização capitalista, sob o amparo de barreiras protecionistas, e setores populares cujas aspirações de participação econômica (maior acesso aos bens de consumo) e política (maior acesso aos mecanismos de decisão) são manipuladas tacitamente pelos primeiros, a fim de granjear seu apoio contra as antigas oligarquias (p. 55).

O contexto que se inicia em 1946, dentro dos limites apontados por Freitag, representou um novo momento que teve, na direção nacional, os presidentes Eurico Gaspar Dutra, João Fernandes Campos Café Filho, Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Belchior Marques Goulart. O contexto histórico de 1946 a 1964 foi marcado pela instabilidade política e social que se agravou a cada novo governo. Ele foi palco de conflitos e alianças entre os partidos políticos, que disputaram a supremacia do governo central.

O período, então, que se estendeu do fim do Estado Novo até o momento do golpe civil-militar foi caracterizado, de um lado, por um crescimento econômico acelerado, tanto da indústria pesada, quanto da de bens duráveis. E, de outro, por problemas sociais de diversas ordens. Ele representou igualmente momentos de permanências e de mudanças, seja em relação ao mercado econômico, seja em relação à regulação da força de trabalho. Ele foi, ainda, a “experiência democrática”, situada entre distintos regimes autoritários. Neste contexto sociohistórico a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos desempenhou um papel significativo para a educação brasileira.

Considerando os limites da política educacional adotada pelo governo central durante o período, Rodrigues (1987) afirmou que,

[...] a apreensão do que é 'funcional' aos interesses dominantes implica o desenvolvimento das funções específicas que a escola brasileira foi chamada a assumir, no contexto particular da penetração e do avanço das relações capitalistas no país, atendendo às exigências da ordem econômico-social que se consolidava (p.14 ss).

A política educacional adotada para o período, a grosso modo, pode-se dizer que ela naturalizou o ideário político e econômico por meio de valores e princípios difundidos na sociedade, ou seja, o projeto nacional-desenvolvimentista, este sustentado a partir do discurso da modernização e democratização do país. A nova conjuntura, que se estabeleceu desde o governo de Getúlio Vargas, ensejou não só uma reorganização política e econômica do país, mas também uma reorganização da escola. Esta não poderia permanecer com as mesmas funções do período anterior. Assim, foram realizadas reformas educacionais, iniciadas no governo de Vargas e que se estenderam posteriormente a ele. Neste sentido, Nogueira (1991) afirmou que,

O estudo da história da educação nesse período informa que o Estado se apoiava na ideologia da Escola Nova, enquanto dava respaldo à política populista e nacional-desenvolvimentista, mas, por outro lado, atendia ao setor privado, religioso e laico, enquanto mantenedores do dualismo e dos elementos de controle do meio social (p. 159).

No contexto examinado, pode-se dizer, que as reformas educacionais encontraram correspondência com o modelo societário vigente.

### **3. PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS E POLÍTICAS: A RBEP EM CENA**

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP foi criada durante a vigência do regime ditatorial do Estado Novo. O lançamento do periódico, provavelmente, esteve relacionado a uma possível mudança nas diretrizes políticas do regime de exceção vigente, no sentido de uma abertura para a liberdade de expressão. Em junho de 1944, é editado o primeiro número da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP. Ela surgiu sete anos após a criação do INEP, como uma sugestão do ministro Gustavo Capanema ao professor Lourenço Filho, seu primeiro diretor. Em sua análise sobre a Revista, Brito (2008) enfatiza que Lourenço, assim como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, “tinha a percepção nítida da eficácia de instrumentos editoriais para a divulgação de ideias e formação de um pensamento criativo, transformador” (p. 33).

Em seu discurso, impresso na “Apresentação” do primeiro número da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, o Ministro da Educação Gustavo Capanema afirmava que a ela, entre outros objetivos, pretendia “fixar, à luz dos princípios gerais hoje indiscutíveis [...], os conceitos e normas especiais que devam reger o nosso trabalho nos vários domínios da educação” (id ib). Certamente, a Revista contribuiu para a formação de uma mentalidade pública acerca da educação.

Com a liderança de Anísio Teixeira o Instituto passou a focalizar seu trabalho no âmbito da pesquisa educacional. Anísio defendia, entre outras coisas, que a educação deveria atender às demandas de modernização do país e servir como instrumento da democracia. Dois textos de Anísio Teixeira, “*Discurso de Posse*”, no Inep em 1952, e “*A administração pública brasileira e a educação*”, de 1956, respectivamente, versam sobre os princípios que norteariam o Instituto como centro de pesquisa e sobre o papel do Estado em relação à educação. Ele soube explorar produtivamente o que Mendonça (2008) chamou “de caráter híbrido do órgão, transformando o INEP em uma espécie de miniministério no interior do próprio MEC [...]” (p. 112).

Moraes (2008) afirmou que,

[...] apesar das mudanças de direção, de objetivos e de políticas pelas quais passou o Inep, e ainda que, por motivos casuísticos, às vezes, tenha exercido o papel de executor de políticas públicas, o Instituto nunca abandonou suas funções primordiais de documentação, pesquisa e disseminação de informações educacionais (p. 9).

Na atuação do Instituto, qual seja, pesquisa, documentação e disseminação, certamente a RBEP exerceu um papel singular na disseminação de concepções e valores relacionados ao rendimento escolar, à avaliação e à qualidade da educação brasileira. E, a partir do reconhecimento de que a Revista exerceu esse papel, debruçamo-nos sobre ela, a fim de analisar os artigos, buscando articular texto e contexto, para realizar inferências sobre os discursos produzidos e disseminados à época. Gandini (1990) apontou que foram muitos os elementos que constituíram a conjuntura de criação da RBEP e a sua linha editorial. Entre os diversos elementos destacam-se as características pessoais e políticas, tanto de Lourenço Filho, quanto de Capanema e, ainda, a conjuntura social e política do período.

Certamente a Revista foi tribuna para a defesa da escola pública e dos ideais de intelectuais vinculados a Anísio Teixeira. É conveniente lembrar que, até o ano de 1983, a Revista publicava somente artigos solicitados, o que evidencia a sua linha editorial. Nesta direção, Freitag (1986) enfatiza que “[...] toda conceituação de educação é necessariamente

uma estratégia política” (p.40). Seguramente, podemos dizer que as concepções apregoadas pela Revista desempenharam uma liderança moral e intelectual e, ainda, exerceram uma influência sobre a política educacional brasileira. Dito de outro modo, os discursos da RBEP foram legalmente sancionados pela instituição abalizadora, o INEP.

#### **4 AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR: princípios pedagógicos**

Os artigos publicados na seção “Ideias e Debates”, principal seção da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, constituíram-se como fonte principal para a investigação que foi desenvolvida. A seleção dos artigos analisados envolveu três passos, tomando como referência a opção metodológica adotada para a pesquisa. O primeiro passo envolveu o levantamento da quantidade de artigos publicados pela Revista na seção “Ideias e Debates”, a partir dos sumários das revistas, no período que corresponde os de 1944 a 1964. O segundo compreendeu o arrolamento dos artigos que, de alguma forma, abordaram a temática investigada e, o terceiro, por sua vez, consistiu na leitura e seleção dos artigos que, naquele momento, representaram o corpus mais significativo para a análise.

A quantidade de artigos publicados pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, na seção *Ideias e Debates*, no período delimitado, é da ordem de 480 (quatrocentos e oitenta). A quantidade de artigos que versam sobre o objeto de pesquisa, avaliação e qualidade da educação, segundo nossa apreciação, é da ordem de 60 (sessenta) e, os artigos escolhidos e analisados, nesta pesquisa, são da ordem 8 (oito).

Dos artigos analisados, iniciamos destacando a concepção dominante de escola, ou seja, a escola como instituição sistemática e moderna deveria trabalhar para atingir, de modo eficiente, seus fins e objetivos. Ela foi construída para apresentar resultados, e resultados positivos. Portanto, concluímos que o rendimento escolar era não só um desejo, mas um princípio estabelecido para a escola. Caso ela não apresentasse eficientemente os resultados considerados satisfatórios era preciso realizar intervenções políticas e pedagógicas, a fim de corrigir eventuais falhas no sistema de ensino.

Seguimos considerando o fato de que a escola, em última instância, ter como fim promover o rendimento escolar e que este se apresentava, naquele contexto, como o principal problema da educação, conforme fora explicitado por Pinheiro (1948). Destacamos que foi defendido, de modo geral, pelos autores, que o diagnóstico era fundamental, mais ainda, era preciso para verificar o problema do rendimento. O rendimento escolar estava relacionado não

só às aptidões dos alunos, mas também às práticas dos professores e, ainda, para alguns, relacionado aos diversos fatores sociais, econômicos e políticos e culturais.

O rendimento, bem como o aproveitamento escolar, decorria das diferenças naturais e culturais dos alunos, e fazia-se necessário mudar os princípios e os métodos de ensino, sem prejuízo da qualidade da educação. Portanto, por meio do diagnóstico da realidade escolar poderiam ser estabelecidos programas adequados atendendo as diferenças dos alunos. Essa premissa acabou por impulsionar diversas propostas político-pedagógicas, das quais destacamos as de homogeneização de classes, e a instrução programada, defendidas por Pinheiro (1948) e por Hegenberg (1964), respectivamente.

O diagnóstico escolar não foi somente defendido como imprescindível para avaliar o problema do rendimento, mas também da realidade escolar. Portanto, o diagnóstico preciso do aproveitamento dos alunos deveria primar pela precisão e segurança, a fim de aferir o mais verossímil possível os problemas da educação e dessa forma estabelecer, conforme defendido por Hall (1946), padrões curriculares de acordo com as necessidades dos alunos.

O diagnóstico preciso do rendimento escolar e do aproveitamento dos alunos seria garantido pela objetividade dos exames. Registramos que o diagnóstico eficiente seria plausível em função do extraordinário desenvolvimento que havia ocorrido nos métodos quantitativos e qualitativos de avaliação, conforme observado por Hall (1948). Uma vez diagnosticado o problema do aproveitamento do aluno e do grau de domínio deste no que se refere ao conteúdo por ele estudado, seria possível não só a correção, mas também a sua prevenção e, ainda, tão importante quanto, seria possível o aperfeiçoamento dos professores, dos métodos e das práticas de ensino.

Intimamente relacionado ao diagnóstico estão os exames escolares. Em relação a eles, Macedo (1946) afirmou que, segundo pensadores da época, que tudo o que existia e em certa quantidade era passível de ser medido. Dessa premissa sustentou a autora que os exames sempre existiram; os métodos e os instrumentos para realizar a avaliação é que haviam mudado.

Portanto, os exames, a fim de cumprir seus objetivos, deveriam ser construídos segundo os critérios da objetividade e da cientificidade. Portanto, eles deveriam ser padronizados, possuir boa técnica, medir com precisão o rendimento escolar, quantificar os resultados aferidos e mensurar estes a partir dos princípios da estatística. Esta mensuração quantitativa deveria apresentar precisão quanto aos resultados aferidos pelos exames.

Ainda em relação aos exames, podemos afirmar que foi emblemática a proposta de disseminação das provas padronizadas como o instrumento mais preciso para verificar o

rendimento escolar e a qualidade do ensino. Neste sentido, foi criticado o modelo tradicional de provas, calcadas na apreciação subjetiva dos professores, que representava uma medida muito variável, ou seja, imprecisa quanto aos seus objetivos. A fim de superar a subjetividade das provas tradicionais, foi defendido pelos articulistas, como Hildebrand (1945) que, mesmo tendo negado a eficácia dos exames, nas condições apresentadas, “não supomos desnecessária a avaliação freqüente e segura dos resultados de ensino” (p. 54).

Da avaliação subjetiva à avaliação objetiva, a padronização dos exames passou a ser defendida como um instrumento eficaz não só para diagnosticar os problemas educacionais, como o do rendimento, mas também como possibilidade de assegurar a qualidade da educação nas escolas. Dessa premissa destacamos três propostas político-pedagógicas apregoadas para a educação, a saber, a “homogeneização de classes”, a “promoção automática” e a “instrução programada”, as quais tomamos como sínteses integradoras dos artigos analisados.

No que se refere à homogeneização de classes, primeiramente destacamos que, para alguns autores, ela iria resolver o problema do aproveitamento do ensino, este causado pelas diferenças naturais e culturais dos alunos que se encontravam em classes não segregadas. O problema do rendimento decorreu, segundo Hall (1946), da universalização democrática do ensino. Em seguida destacamos que ela seria realizada segundo o aproveitamento dos alunos, este verificado objetivamente pelos testes de inteligência e de escolaridade.

Quanto à “promoção automática” destacamos dois aspectos fundamentais. O primeiro foi a defesa da promoção como estratégica para resolver o grave problema da reprovação e as suas piores consequências, a evasão e retenção escolar. O segundo aspecto foi a importação do modelo britânico de promoções. Neste sentido, Almeida Jr (1957) afirmou que, para obter melhores resultados na educação, a promoção automática deveria ser acompanhada de outras medidas, das quais ele destacou: o aumento da escolaridade, o cumprimento da obrigatoriedade do ensino, o aperfeiçoamento dos professores, a mudança na concepção de ensino e a revisão dos programas, bem como dos métodos avaliativos.

A promoção poderia ser realizada pelo critério da idade cronológica do aluno e, também, por intermédio dos testes padronizados que poderiam verificar o seu aproveitamento. Assim, ela contribuiria para a formação de turmas mais homogêneas, que, por sua vez, iriam melhorar o rendimento escolar e diminuir assim os custos sociais, tanto para o aluno quanto para o sistema de ensino. Portanto, nas palavras de Almeida Jr (1957, p.14), “a promoção automática se imporá como coroamento da excelência da escola e sintoma de maturidade do povo que mantém a instituição”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a avaliação do rendimento escolar e a qualidade da educação a partir de artigos publicados pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, no contexto analisado, permitiu identificar, a partir da análise do texto-contexto, alguns princípios pedagógicos e políticos que foram divulgados pela imprensa pedagógica oficial. A RBEP contribuiu para a disseminação de valores que encontravam correspondência com a conjuntura mais ampla da sociedade, ou seja, com o projeto de desenvolvimento econômico e social do país, via ampliação da indústria nacional.

As condições concretas do contexto estudado, geradas pelo processo histórico, favoreceram o desenvolvimento de concepções pedagógicas que estiveram alinhadas ao projeto nacional desenvolvimentista de base capitalista e, dessa forma, a modernização da escola serviu, em grande medida, como instrumento privilegiado para viabilizar este projeto. Assim, a educação foi tomada como um fator determinante para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Neste sentido, a Revista foi fundamental para difundir valores e princípios pedagógicos que corresponderam, em certa medida, ao modelo de sociedade vigente no período. Portanto, podemos dizer que os discursos dos artigos analisados evidenciaram as práticas pedagógicas, sociais, culturais e, ainda, a política educacional no período estudado.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, A. **Repetência ou promoção automática?** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: INEP, v. XXVII, n. 65, p. 3-15, jan/mar, 1957.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 6.ed. São Paulo: Moraes, 1986.

GANDINI, Raquel Pereira Chainho. RBEP (1944-1952): **Intelectuais, Educação e Estado**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 1990.

HALL, Margaret. **A importância do diagnóstico educacional**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: INEP, v. VIII, n. 23, p. 258-268, jul/ago, 1946.

HEGENBERG, Leônidas. **Avaliação do rendimento escolar pela instrução programada**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: INEP, v. XLII, n. 96, p. 409-412, out/dez, 1964.

- LOURENÇO FILHO; HILDEBRAND, Armando. **São necessários exames escolares?** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: INEP, v. IV, n. 10, p. 51-54, abril, 1945.
- MACEDO, Iza Goulart. **Medidas de aproveitamento.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: INEP, v. IX, n. 24, p. 52 – 67, set/out, 1946.
- MACHADO, Lourdes Marcelino. **A pesquisa educacional no Brasil:** breve retrospectiva.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C. **Três momentos de uma (já) longa história:** o Inep na trajetória pessoal de uma pesquisadora. In: MORAES, Jair Santana (org). O Inep na visão de seus pesquisadores. Brasília: Inep, 2008.
- PINHEIRO, Lúcia Marques. **A homogeneização de classes na escola primária.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: INEP, v. XII, n. 34, p. 82-139, set/dez, 1948.
- RODRIGUES, Neidson. **Estado, educação e desenvolvimento econômico.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. 15 ed. Campinas: Autores Associados, 2004, Coleção Educação Contemporânea.
- WALL, W. D. **Os exames e seus efeitos na educação.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro: INEP, v. XXXIII, n. 76, p. 59-75, out/dez, 1959.
- WILSON, H. Martin. **Avaliação, promoção e seriação nas escolas inglesas,** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: INEP, v. XXII, n. 55, p. 52– 63, jul/set, 1954.